



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Ref.

**Autos nº 0600274-33.2024.6.21.0016 - Recurso Eleitoral**

**Procedência:** 016ª ZONA ELEITORAL DE CAXIAS DO SUL

**Recorrente:** ELEICAO 2024 - CATIANE ZANOTTO DA SILVA - VEREADOR

**Relator:** DES. ELEITORAL VOLNEI DOS SANTOS COELHO

**RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÃO 2024.  
PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A  
VEREADOR. DESAPROVAÇÃO EM 1º GRAU.  
IRREGULARIDADE NA COMPROVAÇÃO DA  
APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FEFC.  
DEMONSTRAÇÃO DA DESTINAÇÃO DAS VERBAS  
PÚBLICAS. PARECER PELO PARCIAL  
PROVIMENTO DO RECURSO.**

Exmo. Relator,

Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul:

## **I. RELATÓRIO**

Trata-se de recurso eleitoral interposto por CATIANE ZANOTTO DA SILVA, diplomada [suplente](#) ao cargo de vereador em Caxias do Sul nas Eleições 2024, contra sentença que julgou desaprovadas suas contas relativas à arrecadação e à aplicação de recursos em sua campanha, em cujo dispositivo se lê:

Ante o exposto, julgo DESAPROVADAS as contas de CATIANE ZANOTTO DA SILVA, candidata a vereadora no município de Caxias do Sul/RS, referente às Eleições Municipais de 2024, nos termos do art. 30, inciso III, da Lei n. 9.504/1997, e do art. 74, III, da Resolução 23.607/2019, ante os fundamentos declinados.

Ainda, INTIMO a candidata para que, no prazo de 5 (cinco) dias após



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

---

o trânsito em julgado, efetue o recolhimento de R\$ 2.257,98 (dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos) ao Tesouro Nacional, sob pena de remessa dos autos à representação estadual ou municipal da Advocacia-Geral da União, para fins de cobrança.

A desaprovação, em consonância com a manifestação do órgão ministerial de primeiro grau (ID 45934994), fundamentou-se em irregularidades apontadas pelo setor técnico em parecer conclusivo (ID 45934992), conforme a fundamentação da sentença (ID 45934995):

(...) 1 – RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA

A candidata informou, conforme relatório de despesas efetuadas ID 126233449, ter aplicado o total de R\$ 1.170,00 em créditos de impulsionamento junto ao Facebook, sendo R\$ 1.000,00 com recursos do FEFC e R\$ 170,00 em outros recursos.

Quando intimada para comprovar a utilização desses créditos, juntou aos autos as seguintes notas fiscais: (...)

Somando-se os valores, obtêm-se R\$ 1.467,13, ou seja, R\$ 297,13 a mais do que os R\$ 1.170,00.

Não houve qualquer esclarecimento por parte da candidata, devidamente intimada para se manifestar (IDs 126926467 e 126928877).

(...)

Dessa forma, configurou-se a ocorrência de Recurso de Origem Não Identificada no montante de R\$ 297,13, já que não se sabe a origem do valor empregado para pagamento dessa quantia ao Facebook.

2 – CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA O SERVIÇO DE PANFLETAGEM

A prestadora contratou as seguintes pessoas para o serviço de panfletagem na eleição e pagou com recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha:

- João Pedro Zanotto Moreira, de 09/09 a 05/10, sendo pago R\$ 1.000,00;
- Victor Emanuel Teles de Arruda, de 25/09 a 05/10, e pagou R\$ 360,00;
- Marcos Orlando Leal Moreira, de 02 a 05/10, pagando R\$ 600,85.

Os contratos foram juntados, respectivamente, nos IDs 126233470, 126233473 e 126233478.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

---

A examinadora das contas solicitou (ID 126898454) que fossem apresentados detalhes dos serviços prestados, como locais de trabalho, cronograma de trabalho e justificativa do preço pago, já que se verificou discrepância nos valores pagos aos contratados.

A candidata limitou-se a informar que “todas as informações primordiais encontram-se nas cláusulas que compõem o instrumento contratual inter-partes” (ID 126922234), sem trazer maiores esclarecimentos sobre onde os contratados trabalharam nem qual cronograma foi cumprido. Anexou à manifestação fotos sem identificar as pessoas nela presentes, o que não é suficiente para sanar a falha apontada.

Os contratos juntados aos autos, na cláusula 1ª, preveem que os serviços seriam prestados nas localidades previamente pactuadas entre as partes. Entretanto, mesmo após ser solicitado à candidata, essa informação não foi prestada, assim como a justificativa do preço pago e o cronograma do trabalho.

Assim, as exigências da legislação eleitoral não foram cumpridas. (...)

Por fim, verifica-se que a candidata arrecadou R\$ 10.613,00 e que as irregularidades, no total de R\$ 2.257,98, representam 18,47% dessa quantia. Assim, conforme jurisprudência do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, sendo ultrapassado o percentual de 10%, inviabiliza-se a aplicação dos princípios de razoabilidade e proporcionalidade para aprovação das contas com ressalvas, impondo-se a desaprovação, bem como o recolhimento, ao Tesouro Nacional, do valor oriundo do FEFC aplicado irregularmente.

No recurso, a candidata pede a reforma da sentença a fim de “julgar as contas eleitorais aprovadas com ressalvas”. Em suas razões (ID 45935002), alega que os valores pagos foram proporcionais aos serviços prestados e ajustados de boa-fé, sendo as diferenças entre as remunerações decorrentes da livre pactuação entre as partes e da intensificação dos trabalhos ao fim da campanha; especifica os locais de execução e períodos; e argumenta que a ausência de detalhamento configura falha formal, mormente porque não há indício de desvio ou mau uso dos recursos públicos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Após, foram os autos encaminhados a esse egrégio Tribunal, deles dando-se vista ao Ministério Público Eleitoral para elaboração de parecer.

## II. ANÁLISE MINISTERIAL

O recurso **merece parcial provimento**.

A candidata **teve despesas com material gráfico impresso**, o que indica a realização de atividades de militância em seu favor. Ela **apresentou os contratos firmados com os prestadores de serviço contendo a duração e a jornada de trabalho** (IDs 45934942, 45934943 e 45934945), **extratos bancários** demonstrando os pagamentos (IDs 45934957-59) e imagens das ações de campanha (ID 45934981).

A documentação não esclarece os locais de execução dos serviços e a candidata não apresentou o cronograma de trabalho. Não obstante, é possível constatar que **as verbas foram efetivamente destinadas aos pagamentos dos prestadores**. Além disso, a diferença significativa de remuneração foi justificada, nas razões recursais, com base na alegação verossímil de intensificação dos trabalhos ao fim da campanha.

Nesse contexto, é cabível a aprovação das contas, com o afastamento do dever de recolhimento ao Tesouro Nacional, conforme o **entendimento recentemente adotado por essa egrégia Corte Regional**:

Teses de julgamento: “1. A ausência do detalhamento integral exigido pelo § 12 do art. 35 da Resolução TSE n. 23.607/19 não implica a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

desaprovação das contas quando presentes outros elementos que permitam inferir tais informações, sem obstar a fiscalização da Justiça Eleitoral, bem como identificada a destinação da verba pública versada no adimplemento dos préstimos contratados. 2. **A comprovação da efetiva prestação dos serviços e da destinação da verba pública afasta a necessidade de recolhimento ao Tesouro Nacional.**

(TRE-RS, REI nº 060069425, Rel. Des. Nilton Tavares da Silva, Publicação: 30/07/2025)

Nas prestações de contas municipais, essa Corte Regional desempenha **função crucial para a realização de justiça nesses julgamentos: a uniformização do entendimento ante diferentes graus de rigor no exame de contas pelos cartórios eleitorais**. Para essa uniformização, importa considerar as **peculiaridades das candidaturas ao cargo de vereador**, bem como a gravidade relacionada ao juízo de desaprovação, em especial no que respeita ao impacto produzido na vida política dos cidadãos que se candidatam a vida pública o dever de recolhimento ao Tesouro Nacional de recursos que farão falta nos correspondentes orçamentos familiares.

Por essas razões, **interessa à prática democrática brasileira que a Justiça Eleitoral não exija, nos casos concretos, detalhamento maior do que aquele já expressamente exigido pela na regulamentação do TSE em relação às despesas com pessoal** (art. 35, §12, da Res. 23.607/2019). Exatamente nesse sentido, o judicioso acórdão antes invocado, cujo entendimento se aplica a este caso, em que se observou excesso de rigor do exame nas contas em primeiro grau.

Dessa forma, resta somente pendente de recolhimento a quantia não impugnada de R\$ 297,13, referente aos recursos de origem não identificada, que alcança **valor inferior ao patamar definido pelo legislador** (R\$ 1.064,10 - art. 27



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

da Lei 9.504<sup>1</sup>) e consagrado pela jurisprudência como valor até o qual a falha não justifica a desaprovação.

Nesse sentido é o entendimento atual dessa egrégia Corte Regional:

No contexto da prestação de contas, convém ressaltar o seguinte entendimento desse e. Tribunal: 'não ultrapassado o parâmetro de **R\$ 1.064,10** ou 10% do total auferido em campanha, as contas podem ser **aprovadas com ressalvas**, mitigando o juízo alcançado na origem, mediante aplicação dos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade'

(TRE-RS, REI nº 060029574, Rel. Des. Elaine Maria Canto da Fonseca, Publicação: 15/06/2023 - grifos acrescidos)

### III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **parcial provimento** do recurso, a fim de que as contas sejam **aprovadas com ressalvas**, afastando-se o dever de recolhimento de **R\$ 1.960,85** ao Tesouro Nacional, mantendo-se a determinação de ressarcimento de R\$ 297,13 ao erário.

Porto Alegre, data da assinatura eletrônica.

Alexandre Amaral Gavronski  
**Procurador Regional Eleitoral Auxiliar**

RN

<sup>1</sup> Art. 27. Qualquer eleitor poderá realizar gastos, em apoio a candidato de sua preferência, até a quantia equivalente a um mil UFIR, não sujeitos à contabilização, desde que não reembolsados.